

VIDEOVIGILÂNCIA E SEGURANÇA NO CAMPUS DA UFBA: A DINÂMICA DO VIGIAR E DO SER VIGIADO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

VIDEO-SURVEILLANCE IN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: THE DYNAMICS OF SURVEYING AND BEING SURVEYED

Eledison de Souza Sampaio¹

Francisco Antônio Zorzo²

Cláudio Cledson Novaes³

O propósito desta comunicação é discutir criticamente os efeitos relacionados à busca por segurança na sociedade brasileira. Inicialmente, considera-se que é necessário fazer da segurança um conceito crítico, desligado do seu uso comum cotidiano e de certos vieses acadêmicos. A videovigilância na prática institucional foi avaliada com base em pesquisa realizada nas redes de segurança instaladas na Universidade Federal da Bahia. Tratamos do dispositivo de videovigilância e seus desdobramentos na cidade do controle, dando foco ao problema da suspeição generalizada que marca a vida urbana contemporânea.

PALAVRAS CHAVE: Controle. Segurança. Videovigilância. Suspeição. UFBA.

The purpose of this communication is to critically discuss the effects related to the search for security in Brazilian society. Initially, it is required to transform security in a critical concept, disconnected from the common sense and of certain academic uses. Video surveillance in the institutional practice was evaluated based on research conducted in safety nets installed at the Universidade Federal da Bahia. Finally, the study analyses the surveillance devices and their unfolding in the city of control, focusing on the problem of widespread suspicion as a mark of contemporary urban life.

KEYWORDS: Control. Security. Videosurveillance. Suspicion. UFBA.

¹Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: eledisonsampaio@hotmail.com

²Doutor em História da Arquitetura pela Universidade Politécnica da Catalunã (UPC). Professor da Universidade Federal da Bahia. Email: fazfeira@gmail.com

³Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: ccnovaes.uefs@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos uma reflexão sobre os dispositivos de segurança e suas implicações na sociedade contemporânea, demarcando a emergência dos processos e estratégias contemporâneas de vigilância, que incluem novos regimes de visibilidade, novas espacialidades e novas condições para a ação política do Estado e dos cidadãos capturados pelo sensacionalismo generalizado em torno dos projetos de seguridade.

A questão mais geral a ser colocada se refere às ameaças que acompanham o discurso e as práticas institucionais de segurança na cidade contemporânea. Por razões de segurança, assistimos à inserção de múltiplos dispositivos de controle, principalmente de comunicação visual. Em princípio, tais mecanismos são instalados sob a lógica da inclusão social e promoção da segurança. No entanto, efeitos ambivalentes quanto à liberdade dos sujeitos parecem emergir destes mecanismos, indicando novas formas de violência, suspeição e exclusão como condições intrínsecas ao sistema político contemporâneo.

Desse modo, em razão da crescente exigência por racionalização, a cidade contemporânea veio assistindo a sua projeção enquanto lugar de controle ampliado. Mas, curiosamente, talvez seja forçoso dizer que a 'cidade-prisão' jamais foi tão promovida quanto agora.

SEGURANÇA SOB UMA BORDAGEM CRÍTICA

No momento histórico atual temos, de um lado, o desejo e a demanda por segurança. Trata-se de um fenômeno que, guardadas as devidas proporções, é global e estende-se até os contextos mais periféricos das pequenas e grandes cidades. Em contrapartida, há a explosão nos índices de violência física e simbólica, potencial e real, ideológica e estrutural. A exigência por vigilância ignora os limites territoriais e se espalha dos ambientes mais racionais e planejados aos mais emotivos e imprevisíveis, movimentando um conjunto de práticas que ocorre, em grande parte, à revelia de governos e mídias, já que o cidadão é estimulado a participar como o olho universal do Estado, atento e em defesa da homogeneidade.

Ao tratar das sociedades de controle, ou melhor, do que poderíamos chamar aqui de culturas do controle⁴, Deleuze (1992, p. 220) nos convida a

observar as “novas forças que se anunciam” nas sociedades pós-industriais, querendo sugerir que as novas configurações do capitalismo cognitivo envolvem não somente o suplício e a vigilância disciplinar, mas a sedução e o desejo por parte da população. O sujeito contemporâneo é inserido no mundo globalizado como cidadão-consumidor, concebido agora como peça útil e cúmplice desta lógica coercitiva vigente (FUCHS, 2011; HARDT e NEGRI, 2006).

A segurança tornou-se um elemento central das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), o que nos parece algo extremamente interessante, já que, de forma concomitante a isso, a “fábrica de violências⁵” forjada na modernidade ramificou suas formas, técnicas e estéticas em dimensões mais assustadoras do que propriamente trágicas. A polissemia do conceito de violência vem sendo ensaiada em diversos estudos brasileiros, dentre os quais é possível destacar as contribuições de autores como Alba Zaluar (1999) e Octávio Ianni (2002).

Para Zaluar (1999), o período de redemocratização no Brasil foi marcado, paralelamente, por uma explosão do quadro de violência urbana. A questão aqui não se reduz aos casos mais comuns de violência física⁶, mas aponta para um universo de relação social onde o princípio de eliminação do “outro” – infame, estranho, indesejável, nômade – funciona como estratégia insidiosa de promoção e equilíbrio democrático.

O projeto de eliminação do outro ora parece estar atrelado a uma pretensão irracional de punir, com o intuito de fazer justiça com os próprios meios, mas também a um desejo desenfreado de ostentação - um culto à violência, muitas vezes acompanhado de um gozo perverso (ZIZEK; DALY, 2006); ademais, a violência parece emergir como uma maneira enviesada de enfrentar os efeitos assimétricos de nossa *contradição* democrática.

Em qualquer dos casos, a situação contemporânea parece potencializar o que Octávio Ianni chamou de “fábrica de violências”, agora dissimulada por discursos que se assentam aqui numa certa razão instrumental. Trata-se, grosso modo, de uma certa razão que se instituiu socialmente e que vem se amplificando tecnologicamente, justificando um universo plural de violências, das mais prosaicas às mais sofisticadas:

Em muitos casos, a violência adquire os refinamentos mais sofisticados possíveis,

⁴Expressão utilizada por David Garland (2001) no conhecido livro “The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society”.

baseados na razão instrumental, traduzindo-se em técnicas de controle, administração, produção, alienação, brutalização. O corporativismo, falangismo, estalinismo, fascismo, nazismo e macartismo, entre outras políticas postas em prática no século XX, buscam muitas vezes na ciência e na técnica, isto é, em sofisticados argumentos da razão, os fundamentos de suas formas, técnicas e práticas de violência material e ideológica, física e espiritual (IANNI, 2002, p. 18).

A profusão estonteante de diversas formas de violência trouxe consigo um efeito especial, uma espécie de sacralização da segurança. É como se a segurança tivesse se convertido numa questão de “força maior”; daí que sua busca não deve conhecer limites, mas contrapor-se a quaisquer barreiras que atentem contra a ordem e o consenso almejados na cidade civilizada.

Em nome do discurso securitário se promove os mais variados programas de intervenção urbanística e midiática nas cidades, assim como protestos públicos pela paz e os direitos. Pela razão da segurança, o cidadão é estimulado a exercer uma vigilância participativa e habitar os “enclaves fortificados” das cidades (CALDEIRA, 1997). As políticas de segurança implicam em alguns problemas entranhados na sociedade conservadora, na qual a busca compulsiva por segurança acaba por encobrir um emaranhado de efeitos políticos que desembocam em violências públicas e privadas nas relações entre os sujeitos da cidade contemporânea.

Desse modo, tomar o discurso da segurança como um conceito estranho, alienado do sentido essencialmente positivo como ele é projetado cotidianamente, são as estratégias que pensamos produtivas para nos distanciarmos do senso comum e do uso simplista do termo. Precisamos colocar em pauta desdobramentos antidemocráticos que se instauram com o uso da técnica material e discursiva que se atualiza na sociedade contemporânea por razões supostamente de segurança. Fazer deste conceito um problema é não ceder diante da violência que nos cerca, mas vislumbrar o potencial crítico na direção de perspectivas horizontais e verticais das formas de ação do Estado e da comunidade, focando a pluralidade dos sentidos como uma condição fundamental para qualquer pensamento político razoável.

A crítica da segurança deve estar atenta para a não sacralização das formas e técnicas adotadas, pois a multiplicidade dos efeitos dos dispositivos deve reinventar cotidianamente a noção de

segurança para além do seu uso comum e despolitizado. Este parece ser um dos desafios mais instigantes da contemporaneidade: a capacidade de imaginação política para além do cinismo e da perversão que domina nossas democracias com o discurso da segurança, seja como motivo para guerras totais e invasões de nações inimigas, seja para controle micrológico da vizinhança.

Videovigilância no campus da UFBA

Para discutir as ameaças que acompanham o discurso da segurança nas cidades brasileiras, contamos aqui com os resultados de pesquisa de mestrado recentemente concluída intitulada “Práticas de videovigilância na cidade contemporânea: o caso da UFBA – Campus de Ondina”. Pesquisa esta que contou com dados empíricos, de cunho qualitativo, realizada de junho de 2013 a julho de 2014, levantando as características do sistema de videovigilância implantado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e discutindo a percepção dos administradores e técnicos, bem como dos professores, alunos e técnicos administrativos em relação à segurança no campus desta universidade.

Discutimos esta realidade na UFBA como projeto piloto de uma crítica da videovigilância e sua inscrição na cidade contemporânea, colocando a questão em dois planos: 1) o discurso do dispositivo que atualiza novas formas de poder, compondo uma das peças centrais daquilo que Deleuze (1992) chamou de *Sociedades de controle*; 2) o ponto de vista operacional do dispositivo, agindo como sistema televisual que conecta todos os sujeitos a um centro de controle, onde as imagens geradas pelas câmeras são policiadas e administradas.

Em outras palavras, o discurso da videovigilância é proposto como um dispositivo de poder que permite controle mais geral, o que poderíamos chamar, como Foucault (1988; 2008) de controle biopolítico; e outro, mais específico, na objetividade da câmera de vigilância que é instalada com o intuito de disciplinar o comportamento dos sujeitos vigiados, ou de grupos inscritos em um *lôcus* de enunciação (FOUCAULT, 2013), que inclui os vigilantes monitoradores dos outros e deles mesmos. Pudemos constatar várias contradições destes objetivos através da pesquisa realizada no *campus* universitário, que contou com entrevistas a usuários dos serviços de vigilância, constatando-se vários elementos importantes e instigantes que discutiremos a seguir.

O sistema de segurança da UFBA é exercido pelo trabalho conjunto de quatro empresas privadas, contratadas mediante licitação pública, que exercem atividades nos campi de Salvador e do interior do Estado da Bahia. Cabem à Coordenação de Segurança (COSEG) da Universidade o acompanhamento e fiscalização das atividades das empresas terceirizadas, funcionando, desse modo, como uma instância de controle maior das questões que envolvem a segurança do campus.

O esquema de segurança implantado na UFBA articula quatro empresas que exercem suas atividades de forma cooperativa. A primeira empresa, denominada Obraserv, realiza o serviço operacional de portaria e recepção, permitindo a interlocução rotineira com o público universitário, contando, para isso, com o contingente de 360 funcionários. O serviço implica no registro de protocolos direcionados à equipe da COSEG, no controle do acesso aos órgãos da administração, o que inclui o setor onde a videovigilância é exercida.

A segunda empresa, denominada MAP, se encarrega da vigilância armada, que é exercida a pé e de forma motorizada por agentes do sexo masculino, preponderantemente. Estes agentes, segundo as fontes da pesquisa, possuem formação técnica para atuar no serviço de vigilância na cidade universitária. Neste serviço é permitido aos

funcionários fazer uso de arma de fogo, sob a alegação de que receberam a capacitação e o treinamento necessários para tanto. No primeiro semestre de 2014, a empresa possuía um quadro ativo de 490 funcionários, entre homens e mulheres, executando a vigilância 24 horas por dia.

A terceira empresa, de nome Estrela – Sistemas Eletrônicos, cumpre uma função tripla: fornece, instala e realiza a manutenção técnica das câmeras. O contrato firmado com a UFBA previa que, inicialmente, esta empresa iria fornecer as câmeras, mas, com o decorrer do tempo, a tendência é que esses dispositivos se tornem propriedade da universidade. Em cartaz que foi espalhado por vários espaços do campus universitário, a empresa colocou a mensagem de que faz a “proteção” do ambiente pela via dos sistemas eletrônicos. Abaixo podemos observar os dois modelos de câmeras mais utilizadas na UFBA atualmente:

Por outro lado, durante a pesquisa empírica foi possível acompanhar os técnicos da Estrela em uma de suas diligências no campus de Ondina. Na ocasião, foi oportuno verificar o serviço de conserto de uma câmera digital, tipo IP, a qual teve sua capacidade de registro afetada pela ação do tempo, mais especificamente, devido ao excesso de chuvas ocorridas na capital baiana. A observação empírica foi registrada, conforme aponta a imagem a seguir.

Figura I. Dois tipos de Câmeras usadas no Campus da UFBA



Fonte – Foto dos autores (2014)

Durante a pesquisa de campo, um operador da empresa Estrela nos informou que, com o decorrer do tempo, as imagens registradas pelas câmeras são transferidas para HD's externos, onde são armazenadas anualmente. As imagens passam a compor um banco de dados que pode ser acionado a depender dos propósitos burocráticos da universidade e dos interesses da população universitária. Contudo, vale destacar que as câmeras foram implantadas na universidade, sem que houvesse uma consulta à população

universitária sobre sua necessidade e seus possíveis efeitos, positivos ou negativos.

Já a quarta empresa, chamada Rede.com, executa a supervisão visual das imagens geradas pelo sistema de câmeras da universidade. Na época do estudo, existiam doze agentes contratados pela referida empresa, dentre eles cinco homens e sete mulheres, executando a rotina de policiamento visual em turnos alternados, durante 24 horas por dia, de forma ininterrupta durante todo o ano.

Figura II. Manutenção técnica da câmera na quadra de esportes de Ondina.



Fonte – Foto dos autores (2014)

Figura III. Sala de videomonitoramento da UFBA.



Fonte – Coordenação de Segurança da UFBA

Como se pode observar através das Figuras 3 e 4, a sala de monitoramento dispõe de uma infraestrutura potencial para o serviço da videovigilância, possibilitando o agenciamento do olhar e do registro pela equipe de trabalho contínuo durante as 24 horas, já que dispõe de uma escala de trabalho de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso).

O projeto de segurança da UFBA prevê, para o horizonte de 2016, a meta de instalação de 800 câmeras. Numa entrevista realizada com um agente de segurança do alto escalão da COSEG, uma informação relatada chamou a atenção: enquanto a UFBA contava, no primeiro semestre de 2014, com 502 câmeras já instaladas, a Polícia Militar da Bahia contava no mesmo período com apenas 310 desses dispositivos. O informante alertou que esse dado foi obtido junto à própria Polícia Militar, e, além disso, que a COSEG procura orientar suas ações de segurança tomando por base as experiências bem sucedidas aplicadas em entidades como essa.

Observamos que as práticas securitárias no ambiente pesquisado refletem um conjunto amplo de processos e técnicas. Essas práticas são disseminadas por discursos persuasivos que são estimulados pela mediação da administração pública, do governo e da mídia. O usuário ou o cidadão comum que circula no campus também é estimulado a participar como um vigia, cabendo-lhe enlaçar o “outro” numa rede de olhares precisos e registros ostensivos. Da casa, da sala, do recinto mais privado à praça pública, o “dever de vigilância” se estende numa dinâmica extensiva horizontal para captar não só os criminosos, mas todos indiscriminadamente para neutralizar todo o “perigo”. É como relatou uma diretora de unidade do campus de Ondina:

“A comunidade quer as câmeras, pela questão da segurança. A biometria também é uma necessidade. Já defendi a necessidade de câmeras internas em um terminal passando as imagens. É um sistema que intimida, e cada aluno pode ajudar a identificar um criminoso ou suspeito” (Diretor 1).

Ao cumprir o dever de normalizador, o cidadão incluído neste sistema de vigilância põe em exercício sua contribuição individual para a implantação do projeto securitário coletivo, o que implica contundentemente em alienar a vida, ao camuflar as assimetrias sociais em prol da ordem, do progresso e da suposta segurança. Todavia, essa dominação

sutil e desterretorializada só se torna possível com o amparo jurídico estatal; é quando entram em campo os legisladores do Estado e, em seguida, a polícia, que assume publicamente a guerra diária contra o “outro” nas cidades brasileiras.

Controle e suspeição na cidade videovigiada

Após analisarmos o modelo do dispositivo e as percepções dos sujeitos envolvidos no projeto de videovigilância implantado na UFBA, podemos compreender quais os principais motivos que levam os discursos das formas de vigilância e controle, como a videovigilância, a se destacarem nos padrões contemporâneos do medo, alcançando ampla adesão por parte das institucionais privadas e públicas e seduzindo a população. Isto ocorre porque a modernidade tardia fez eclodir um processo de *mudança das sensibilidades* que levou a uma aceitação maior da cultura do controle (GARLAND, 2001).

Acredita-se que os dispositivos de videovigilância podem fazer reduzir o problema da criminalidade urbana igualmente em países centrais e pós-coloniais como o Brasil, assimilando num mesmo discurso processos radicalmente diferentes de formação identitária e, portanto, das desigualdades, dos medos, enfim, da violência. Tal homogeneização anula uma discussão mais completa sobre as causas dos infortúnios violentos que assolam as comunidades, assim como desloca a complexidade dos mecanismos de vigilância para o senso comum.

Os dispositivos de vigilância atuais são associados à modernidade da sociedade, ressaltando-se o retorno, talvez de modo reinventado, do sonho moderno de uma sociedade do progresso. Violência e progresso não são, contudo, os únicos elementos que se colocam no campo de discussões sobre os efeitos da obsessão securitária pela via de mecanismos de vigilância. Podemos ressaltar o tema da segurança como problema mais amplo nas sociedades pós-industriais (FOUCAULT, 2008). No caso do Brasil,

[...] a segurança tem eclipsado outras mazelas urgentes do país (...) Os resultados dessa obsessão securitária estão expressos claramente no aumento dos contingentes policiais, no crescimento da população carcerária, na maior sofisticação dos equipamentos eletrônicos, numa ampliação dos poderes dos órgãos de controle e na disseminação de mecanismos de vigilância (SOUZA, 2003, p. 165).

As palavras que precedem levam a pensar na segurança como um discurso hegemônico, cuja força retórica é alienada das empirias diversas e problemas que enlaçam a cidade. De forma mais evidente, a busca por segurança parece interessar, nesse sentido, a certos grupos privilegiados, que se autodenominam mantenedores da ordem e harmonia social, investindo na produção dos “enclaves fortificados”, correspondentes àquilo que Norbert Elias e Hannah Arendt chamaram, respectivamente, de *homo clausus* e *solidão organizada* (ZALUAR, 2002).

Os enclaves fortificados funcionam em conexão com mecanismos diversos de controle do espaço, tais como cercas elétricas, câmeras, cartões magnéticos, etc. que apontam para a emergência contemporânea de uma globalização dos medos (MELGAÇO, 2010), a qual se vincula ao grotesco de uma pedagogia da desconfiança (HAROCHE, 2011). Para suavizar o desconforto ocasionado pela força esterelizante do medo, proclama-se outra faceta do dispositivo de poder, a segurança. Tomada como algo essencialmente positivo, a segurança justifica, mesmo que paradoxalmente, uma espécie reinventada de “guerra de todos contra todos”, remontando aos estudos modernos de Thomas Hobbes.

A guerra hobbesiana dos dias atuais, atualizada pela via dos novos dispositivos de controle, se complexifica numa velocidade que ignora os limites territoriais, espalhando-se dos espaços mais racionais e planejados até os mais emotivos e imprevisíveis. Com isso, nos deparamos com as mais variadas formas de violência, das mais silenciosas às mais estandardizadas, as quais ensinam, potencialmente, a armamo-nos de desconfiança na nova era das tecnologias suaves (BAUDRILLARD, 1990).

Em outra medida, pode-se então destacar que uma câmera, inicialmente instalada por alegadas razões de segurança, pode, contrariamente, produzir efeitos de violência. Com referência clara ao *panóptico* de Jeremy Bentham, cumpre destacar que a potência da câmera está na incerteza sobre o olhar do indivíduo oculto, com interesses ignorados. Na dúvida sobre o olhar do interlocutor desconhecido, sugere-se ao indivíduo que se comporte nos termos do “politicamente correto”. Mas, se o observador oculto faz um uso subversivo de imagens, como no caso de divulgação de imagens íntimas das pessoas, configura-se de fato um tipo de violência, contrariando a promessa inicial de segurança.

Quando o limite entre segurança e violência torna-se de difícil demarcação, ressalta-se a

ambivalência como um dos efeitos das práticas de videovigilância para fins de segurança. Em um contexto bem particular, numa direção diferente, pensando nas relações de poder durante a colonização da Índia, Bhabha (1997) usou o conceito de ambivalência como algo “inerente ao poder colonial”. Vista como potência desestabilizadora, a ambivalência é tratada nos seguintes termos:

O que ameaça a autoridade do controle colonial é a ambivalência de sua interpelação – pai e opressor ou, alternativamente, o regido e o rebaixado – que não se resolverá em um jogo dialético de poder, pois essas figuras duplamente inscritas olham em duas direções sem terem duas faces (BHABHA, 1997, p. 144).

Retornando ao contexto contemporâneo, a lógica discursiva da segurança faz pensar que a ambivalência é ativada por outras moralidades, tais como a vítima e o criminoso, o certo e o errado, o bem e o mal. Isso tanto pode apontar para uma fragilidade da retórica da segurança, quanto evidenciar a possibilidade de usos resistentes dos dispositivos de poder que se exercem em seu nome. Daí que o conceito de ambivalência ajuda-nos na esquivas dos essencialismos, ensinando que o aparato de vigilância pode gerar desdobramentos variados, muitas vezes imprevisíveis por aqueles que planejaram a instalação das câmeras. Desse modo, registre-se aqui que a videovigilância não é entendida nos termos de algo essencialmente negativo ou positivo, sob pena de cairmos na mesma armadilha que criticamos, trocando um mito por outro; esse tipo de vigilância deve ser avaliado em razão da conjunção dos seus efeitos concretos, que podem tanto favorecer quanto contrariar relações democráticas.

Por outro lado, o registro da videovigilância e a “verdade da imagem” explicam muito pouco sobre as dinâmicas da violência contemporânea (ZALUAR, 2002), principalmente em países pós-coloniais como o Brasil, cujos impactos da colonização se atualizam com uma sutileza característica. Mesmo que isso possa parecer retórico, o que se observa é uma ineficiência de políticas públicas que tende a ser compensada pelo uso deslumbrado e terrificador de dispositivos de controle. É como se o registro das imagens pudesse suplantar o dissenso sobre a segurança no Brasil (PASSETTI, 2011).

Vale a pena observar, como foi destacado no projeto empírico aplicado na UFBA, que as imagens das câmeras são comumente policiadas e

administradas por empresas privadas. O que ocorre nesses ambientes? O que e quem deve ser vigiado? Quais critérios são usados? Muito pouco se sabe sobre isso no Brasil, salvo o trabalho de alguns poucos autores. A referida pesquisa de mestrado (SAMPAIO, 2014) sugere um aspecto importante do problema: a suspeição projetada sobre o público universitário no contexto da UFBA. Nesse caso, o exercício da videovigilância é indiferente ao indivíduo em sua singularidade, ao mesmo tempo em que demanda precauções e desconfianças em torno do tipo de *ethos* que o “outro” criou ou pode criar.

A sociedade foi conduzida a desenvolver ferramentas de avaliação; indiferente ao indivíduo em sua singularidade, a avaliação tende, ao mesmo tempo, a individualizá-lo e controlá-lo incessantemente e a diferenciá-lo e homogeneizá-lo cada vez mais (HAROCHE, 2011, p. 661).

Nesse contexto de coalizão entre dispositivos diversos, a cidade contemporânea torna-se um grande sistema midiático, onde cada cidadão poder ser identificado, mapeado, julgado e classificado sem que sequer saiba. Nesse sentido, “a punição não se desenvolve mais num tempo, não é necessário esperar o momento adequado para que ela tenha lugar: o lugar e o tempo da punição – a recusa de acesso, por exemplo – são simultâneos e imediatos” (SOUZA, 2003, p. 162). Tudo isso ocorre à revelia do consentimento do cidadão, pois a retórica da segurança parece não funcionar com o contraditório. A segurança tornou-se palavra de ordem, devendo-se ser sempre propalada e desejada, mas, em sentido ambivalente, pouco problematizada e contrariada.

Nesse ambiente de despolitização, urge desmontar a associação direta entre segurança e os dispositivos de videovigilância. A relação nos parece ilusória e retórica. Para iniciar a argumentação, talvez seja necessário entender a videovigilância nos termos de uma tecnologia suave de manipulação que opera uma chantagem pelo medo de ser a próxima vítima. Como diz Baudrillard (1990):

A manipulação é uma tecnologia suave da violência através da chantagem. E a chantagem exerce-se sempre pela tomada de poder de uma parcela do outro como refém, por um segredo, por um afeto, por um desejo, por um prazer, pelo seu sofrimento, pela sua morte – é com isso que jogamos na manipulação (BAUDRILLARD, 1990, p. 35).

Diante de tais palavras, onde a cidade comparece como um campo de reféns reais e potenciais, a videovigilância aponta para pontos de toque entre a segurança e a violência. No seio dessa relação, a chantagem pode alcançar um quadro de dominação complexo, mas que aqui pode encontrar síntese nos seguintes comandos: instale uma câmera ou assumo o risco da sua ausência. Assuma o risco do terror e da violência. Junto a isso há uma situação social alienante que explora o medo como estratégia de produção da dominação.

Essa “pedagogia” do medo ensina que, na cidade controlada, é preciso valer-se da repressão como prevenção; do lado mais problemático, dentre os efeitos mais perigosos, temos a criminalização do “outro” antes do suposto crime, sua culpabilização antes da suposta culpa. Como pano de fundo maior, o discurso da segurança acaba por cristalizar um universo de práticas que induzem e reforçam a desconfiança (HAROCHE, 2011), colocando-se em questão o badalado itinerário da “sociedade multicultural” e da política de “tolerância entre as culturas” (COGGIOLA, 2015).

Como se pode supor, os dispositivos de segurança envolvem a produção da cultura como efeito de práticas discriminatórias, já que, quando se define alguém como suspeito ou desviante, estar-se-á delimitando um campo de exclusão que insere o “outro” numa zona nada confortável. Essa idealização do outro é problemática pela violência que manifesta, tangenciando uma série de riscos no que concerne ao uso inidôneo de imagens, tendências segregacionistas, exclusão das minorias e controle das ações políticas para fins de consenso.

Essa idealização da suspeição inclui uma espécie de projeção narcísica, cujo parâmetro funciona nos limites da moralidade e do politicamente correto. Tomado como suspeito, o “outro” deve sofrer uma sanção antecipada para que sua diferença potencial não venha a desequilibrar os fluxos desejáveis previstos no projeto de normalidade.

No mundo moderno, Foucault (2013) denunciou pormenorizadamente o modo como a modernidade promoveu uma dupla recusa da multiplicidade:

[...] o exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura; o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas

(FOUCAULT, 2013, p. 189).

Um pequeno salto histórico faz ver que, na cidade contemporânea, ainda subsistem os dois sonhos, com as devidas atualizações das estruturas e adaptações dos elementos (NEGRI; HARDT, 2006). Temos, hoje, uma sociedade da segurança que trata, em princípio, todos como suspeitos potenciais, mas, ao mesmo tempo, onde os olhos do poder podem estar voltados com o detalhe incisivo para as populações e grupos minoritários, historicamente conhecidos pela situação de pobreza e subalternidade. Se isso ocorre, talvez devamos pensar com Baudrillard (1990, p. 38), para quem o tema da segurança é complexo e escorregadio, pois “não tem fim este encadeamento da chantagem – toda a gente é refém de outrem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, como foi dito, recoloca algumas questões geradas pela pesquisa de mestrado do autor, fazendo-as conversar com outras investigações realizadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Não foi nossa intenção ampliar a abordagem para as práticas de resistência criativa, as quais implicam, necessariamente, em estabelecer um jogo de cintura frente ao impulso totalizante do discurso da segurança.

O cinismo do discurso securitário tenta convencer que a vigilância é exercida para o bem geral. Mas, curiosamente, o conceito de bem ou mal não está ao nosso alcance. Pelo menos em tese, não há para os vigiados o direito a uma perspectiva que ultrapasse ou contrarie essa estrutura hierárquica de relação. Insistindo no contraditório, o vigiado assume a figura do inimigo da sociedade, culpado antes da culpa, até que, em pouco tempo, será capturado pelas teias estatísticas da rede penal e tão logo crucificado, sob o argumento de que é mau e corrupto por natureza. Ao que parece, as sociedades de controle criam, de um lado, um ambiente fértil à proliferação dos medos e, de outro, diversos mecanismos para administrá-los precariamente.

Os efeitos dessa cultura do controle estendem-se para o plano da alteridade, indicando que a conversão da polis em dispositivo de segurança produz uma indiferença quanto à singularidade. A lógica integradora do controle, exercido por razões securitárias, acaba por transformar os cidadãos em policiais em potencial e, o que é ainda pior em certos casos, em delator em potencial, que grava e apresenta imagens do outro.

Certamente, essa forma de funcionamento da segurança, bem como dos dispositivos que se exercem em seu nome, amplia-se enormemente quando pensada enquanto dispositivo, ou seja, articulando-se as particularidades dos espaços públicos e privados com o sistema mais amplo e envolvente da cidade. Esse dispositivo compreende o acúmulo de diversos equipamentos e redes, envolve a polícia e a mídia, reúne múltiplas estratégias e utilização de imagens.

A lógica de suspeição da videovigilância, no entanto, é invisibilizada pelo tom positivo que reveste a noção de segurança. A bem da verdade, a segurança tornou-se um eixo de aplicação de poder nas sociedades de controle. Em torno dela se constroem discursos ambíguos sobre a paz, sobre a pletera de direitos, sobre o exercício da cidadania, contra o terrorismo e contra os desvios da norma, entre outros. Em sentido contrário, a busca pela segurança é acompanhada de processos de gentrificação, exclusão e suspeição, de negação do “outro” indesejável como forma de exercício da política democrática.

A segurança está entre aqueles temas sutilmente incômodos para muitos, pois, tal qual a crença desarmada pelo pecado, a segurança não encontra outro tormento senão o da desestabilização. A lucidez crítica ensina que não existe segurança *a priori*; ela é movimento, contato e dissenso, explosão criativa que é tudo menos essência.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Coleção Margens. Editorial Estampa, 1990, p. 30-42.

BHABHA, Homi. Civilidade dissimulada. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. – Porto Alegre: Sulina, 2013, 190 p. (Coleção Cibercultura).

CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos**, Nº 47, p. 155-176, 1997,.

CAMPOS, Ricardo. **Pintando a cidade: uma abordagem antropológica do graffiti urbano**. 2007. 510 p. Tese de Doutorado- Faculdade de Antropologia, Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

CASTRO, P; PEDRO, R. Experiências da vigilância: subjetividade e sociabilidade articuladas ao monitoramento urbano. **Psicologia & Sociedade**, vol 25, Belo Horizonte, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **Ser ou não ser (Charlie)**. In: Site da Editora Boitempo. Disponível em: www.blogdaboitempo.com.br/Acesso_em_12/01/2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUARTE, André. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões** (41ª Edição), Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância?. **MATRIZES**, v.5, n.1, p. 109-136, , 2011.

GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: The University of Chicago Press.

HAROCHE, Claudine. O inavaliável em uma sociedade da desconfiança. **Educação e Pesquisa**, v.37, n.3, p.657-676, 2011.

HARDT, Michael. e NEGRI, Antônio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. (8. Ed.). Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOBBS, Thomas. Das coisas que enfraquecem ou

levam à dissolução de um Estado. **HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, p.243-250, 1997.

IANNI, Octávio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, v.7, n.12, 2002.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo**. 2006.123f. Dissertação de Mestrado - IFCH/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Biometria no Brasil e o Registro de Identidade Civil: novos rumos para a identificação**. 2011. 126 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LYON, David. Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação. In: LYON, D. **11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado**. Porto Alegre: Sulinas, 2010. p. 115-140.

LYON, D. **The electronic eye. The rise of surveillance society**. Cambridge: Polity, 1994.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnosfera da segurança.2010. 274f**. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELGAÇO, Lucas. Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. **O social em questão- Ano XV- nº 27**, 2012.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Revista TRANS/Formação**, v.24, n.1, p. 225-236, 2001.

PASSETTI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos da sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 1, p. 151-160, 2004.

PASSETTI, Edson. Fluxos libertários e segurança. **Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 20, p. 49-77, 2011,.

SAMPAIO, Eledison de Souza. **Práticas de videovigilância na cidade contemporânea: o caso da UFBA – Campus de Ondina. 2014. 131f.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA), 2014.

_____. Desenhos de resistência na cidade videovigiada: considerações sobre a recusa criativa no contexto biopolítico contemporâneo. **Revista InterTHESIS**, v.12, n. 2, p.34-54, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cultura e renovação urbana: a cidade mercadoria no espaço global. In WERNECK, E.F. e LIMA, M. R. M. (Orgs). **Espaço e cidade: conceitos e leituras.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns. La sociedad teledirigida.** Taurus, 1998.

SOUZA, Luís Antônio Francisco. Obsessão securitária e cultura do controle. **Revista de Sociologia e Política**, v.20, n.20, p. 161-165, 2003.

TREVISAN, E.; FIRMINO, R.; MOURA JUNIOR, A. Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. **Vigilância, Segurança e Controle social**, PUCPR, 2009, p. 134-152.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 13, n. 3, 1999.

_____. Oito temas para debate: Violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas**, nº 38, p. 19-24, 2002,.

ZIMMER, Marco Vinício. **O panóptico está superado? Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica.** 138f. Tese de Doutorado – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZIZEK, Slavoj. e DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.